

Sobre o direito ao brincar: a cultura lúdica e a infância no “Projeto Brincadeiras”

Julia Carolina Ferreira De Moraes (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Paula Natali Marçal (Orientador), Thais Godoi de Souza (Co-orientadora). E-mail: ra132410@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Educação Física

Palavras-chave: Cultura Lúdica. Infância. Direitos Humanos

RESUMO

O direito ao brincar e a cultura lúdica infantil foram as categorias centrais desta pesquisa, que teve como objetivo investigar como se configurava a cultura lúdica e a infância das crianças participantes do projeto de extensão “Brincadeiras com meninas e meninos de/e nas ruas” da UEM, uma ação de educação social realizada no município de Maringá-PR. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com técnicas etnográficas, utilizando observação participante, elaboração de relatórios semanais e entrevistas semiestruturadas com as crianças envolvidas. A análise dos dados seguiu os princípios da Análise de Conteúdo. Como resultados, identificou-se um cenário marcado por uma cultura lúdica diversa, com vivências intergeracionais, em que o brincar aparece como expressão da infância, mesmo diante de contextos de vulnerabilidade social e violações de direitos. A partir da escuta e da observação das práticas das crianças, a pesquisa possibilitou compreender como o brincar é atravessado por questões sociais, econômicas e políticas, revelando as múltiplas infâncias presentes no espaço urbano. Conclui-se que ações como o projeto de extensão analisado contribuem significativamente para a valorização da infância e para a garantia do direito ao brincar, configurando-se como espaços de proteção, acolhimento e expressão das infâncias em contextos de vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

A compreensão dos significados de infância, a produção de cultura lúdica e a garantia deste direito, são as ideias centrais desta pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no projeto de extensão universitária, o projeto “Brincadeiras com meninas e meninos de/e nas ruas”, que incide educativamente com crianças e adolescentes, a partir da linguagem dos jogos e brincadeiras em um bairro periférico da cidade de Maringá-PR.

O papel da criança na sociedade e seu entendimento se modificam constantemente na história, passando por intensos processos de resignificação. Muller (2006) afirma que crianças, em geral, na história, não foram consideradas como produtoras de conhecimento, e sim, vistas como mini adultos, a autora, aponta para a necessidade ontológica de compreendermos crianças como sujeitos ativos, e que estão historicamente inseridas na organização de nossa sociedade.

O entendimento sobre a criança, nesta perspectiva, passa pela premissa de que esta é um agente, que pode refletir, agir e interferir sobre/com suas ações na sociedade, capazes de criar, ressignificar e modificar culturas. Segundo Sarmiento (1997), as culturas infantis não nascem no mundo simbólico único da infância, de modo que não se configura como algo fechado/restrito, mas ao contrário é um universo frágil e extremamente permeável. Neste contexto, a cultura lúdica pode ser entendida como a cultura predominantemente produzida pela criança. A cultura lúdica é produzida a partir das experiências lúdicas acumuladas, especialmente na linguagem dos jogos, brinquedos e brincadeiras, podendo se constituir de maneiras diversas conforme a cultura em que ela vive. Sarmiento (2003, p. 23), afirma que a cultura lúdica é “[...] a capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e de ações intencionais, que são distintos dos modos adultos de significação e ação”.

Em nossa organização social, recorremos à legislação para reivindicar e consolidar os direitos humanos, assim o direito ao brincar na legislação do século XX, está em processo de consolidação. No Brasil, temos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) uma lei que versa exclusivamente sobre esta categoria geracional. Um dos direitos assegurados pelo ECA é o brincar, esta expressão encontra-se como um direito baseado no entendimento de que o brincar é uma das bases do desenvolvimento de capacidades e potencialidades da criança e que deve ser valorizado e garantido. O ECA refere-se ao direito de brincar em seu Capítulo II “Do Direito a Liberdade, ao Respeito e à Dignidade”, em seu art. 16, abordando também outros aspectos, como desfrutar de patrimônios públicos.

Na toada do que se pode concretizar para a efetivação de direitos e desenvolvimento infantil, o projeto “Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas ruas” foi criado em 1997, tendo cunho transdisciplinar, desenvolvendo brincadeiras e jogos de forma orientada e realizando formação política em suas incidências educativas, atuando com crianças e adolescentes com direitos violados. É um projeto de extensão do Núcleo Transdisciplinar de Defesa e Pesquisa da Criança e do Adolescente - NPCA, núcleo que pertence à Pró-reitoria de extensão e pesquisa da UEM. O Projeto ocorre no bairro Odwaldo Bueno Netto, bairro composto por casas populares e as atividades junto às crianças e adolescentes são desenvolvidas aos sábados pela manhã, sendo utilizados diversos espaços do bairro como a quadra de uma escola municipal e na praça do bairro. A formação dos educadores e acadêmicos que atuam no projeto é realizada semanalmente de forma presencial.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa qualitativa usou técnicas etnográficas, com o objetivo de compreender os significados atribuídos pelas crianças ao seu contexto e à sua cultura. A produção dos dados ocorreu por meio de observação participante nas ações do projeto de extensão e, posteriormente, pela realização de entrevistas semiestruturadas com as crianças participantes. As entrevistas partiram de questionamentos guiados por hipóteses e teorias da pesquisa, permitindo a escuta aberta das experiências e percepções das crianças.

A escolha por escutar as crianças reflete o compromisso com uma abordagem que valoriza sua voz e participação, enfrentando a invisibilidade histórica nos estudos sociais sobre a infância. Os dados coletados, incluindo os relatórios de observação e as entrevistas transcritas, foram analisados por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), permitindo uma leitura aprofundada e sistemática das informações, com base em categorias emergentes da realidade observada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apontamos que a infância é uma categoria social e histórica, composta por sujeitos que produzem cultura e são capazes de atribuir significados às suas experiências. Nesse sentido, investigar a cultura lúdica dessas crianças implicou reconhecer o brincar como linguagem legítima e como uma forma de expressão das infâncias, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A análise das vivências permitiu identificar não apenas os tipos de brincadeiras praticadas, mas também os significados atribuídos a elas pelas próprias crianças, bem como os fatores sociais, econômicos e espaciais que influenciaram essas práticas.

A abordagem metodológica adotada, evidenciou como o brincar é influenciado pelas condições sociais, econômicas e territoriais. As crianças, ao ocuparem os espaços públicos com suas brincadeiras, transformaram o território em lugar de convivência, afeto, conflito, criação e troca. Os dados obtidos, por meio dos relatos, das caminhadas e das interações lúdicas, permitiram identificar uma cultura lúdica diversa, intergeracional e fortemente marcada pelas relações comunitárias. As categorias analíticas construídas foram: o "Brincar e o local onde se brinca", "Diálogos no caminhar", "Brincadeiras frequentes" e "Princípios do Projeto" e contribuíram para uma leitura aprofundada da ludicidade em sua dimensão educativa, cultural e política do grupo pesquisado.

Ao analisar a configuração da cultura lúdica, identificamos os elementos que constituíram o brincar naquele território, reconhecendo sua potência enquanto espaço de criação, resistência e produção cultural. O estudo também contribuiu para fortalecer e para valorizar a ludicidade como um direito fundamental, previsto no ECA. A partir desse olhar, a cultura lúdica foi compreendida não apenas como um conjunto de atividades, mas como um modo de ser e estar no mundo, constituído nas relações com os outros, com o espaço e com o tempo.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa permitiu compreender que o direito ao brincar e a cultura lúdica são elementos centrais para a afirmação da infância como uma categoria social ativa, produtora de sentidos e cultura. Ao investigar a configuração da cultura lúdica das crianças participantes do projeto de extensão "Brincadeiras com meninas e meninos de/e nas ruas da UEM", foi possível reconhecer o brincar como uma prática que expressa as vivências das infâncias em contextos atravessados por desigualdades e violações de direitos. O brincar revelou-se como uma linguagem que comunica, ressignifica e resiste, possibilitando às crianças reelaborarem suas experiências cotidianas e se afirmarem enquanto sujeitos de direitos.

Conclui-se que projetos de extensão como o analisado são fundamentais para a efetivação dos direitos das crianças, promovendo ambientes seguros, acolhedores e estimulantes para o exercício do brincar e o fortalecimento das infâncias. A escuta atenta e a valorização das práticas infantis constituem-se como caminhos para a construção de políticas públicas que respeitem e garantam o direito ao brincar. A cultura lúdica, enquanto produção simbólica das crianças, deve ser reconhecida como elemento estruturante de sua formação social, tornando-se, assim, prioridade nos processos educativos e nas ações voltadas à proteção integral da infância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, às crianças participantes do projeto de extensão “Projeto Brincadeiras”, que, com suas brincadeiras e falas, possibilitaram a construção desta pesquisa. Expresso minha gratidão à equipe e aos educadores sociais do Núcleo Transdisciplinar de Defesa e Pesquisa da Criança e do Adolescente (NPCA), pelo acolhimento, pelas trocas e pelo comprometimento com a infância. Agradeço, em especial, à minha orientadora Paula Natali Marçal, pelo acompanhamento, apoio e ensinamentos valiosos.

Agradeço também ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Araucária (FA) e à Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo apoio financeiro e institucional, que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Governo de São Paulo; 1990.

MULLER, F. Infância as Vozes das Crianças: Culturas Infantis, Trabalho e Resistência. **Educação Social**, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 553-573, maio/agosto. 2006.

SARMENTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO, Manuel; PINTO, Manuel (Orgs.). **As crianças: contextos e identidades**. Minho: Universidade do Minho, 1997. p. 9-29.

SARMENTO, M.J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2003.